



NEUROCIÊNCIA E O RISCO DA DEPENDÊNCIA EM PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA À LUZ DA MOTIVAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO

NEUROSCIENCE AND THE RISK OF DEPENDENCY IN INCOME TRANSFER PROGRAMS: A CRITICAL ANALYSIS OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM IN LIGHT OF MOTIVATION AND DECISION-MAKING

DOI: 10.5281/zenodo.17728216



*Nilton Rubens Cirino¹
Suellen Mara de Oliveira Tomaz²*

RESUMO

Este trabalho analisa os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) na inserção no mercado de trabalho e na mobilidade social dos beneficiários, considerando a perspectiva da neurociência e das políticas, sociais e econômicas. O objetivo é compreender de que forma a exposição prolongada ao programa pode influenciar a motivação, a neuroplasticidade e a capacidade de autonomia econômica dos participantes, fornecendo subsídios para o aprimoramento de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis. A pesquisa baseou-se na busca, seleção e síntese de artigos e obras que interligam as Ciências Sociais e a Neurociência, utilizando contribuições de autores como Amartya Sen, Martha Nussbaum, Pierre Bourdieu, Anthony Downs, Pitirim Sorokin e António Damásio, com o objetivo de sintetizar as lacunas existentes. Os resultados apontam que, embora o PBF seja fundamental para a mitigação imediata da pobreza, sua eficácia na promoção da mobilidade social e da inclusão produtiva é limitada, especialmente quando considerado sob a ótica neurocientífica da motivação e da plasticidade cerebral. Conclui-se que o aprimoramento do programa exige a integração entre políticas de transferência de renda e estratégias de desenvolvimento humano e cognitivo, duradouro.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Bolsa Família. Neurociência. Plasticidade cerebral.

1 Faculdade Anhanguera;

2 Faculdade Anhanguera.





ABSTRACT

This study analyzes the effects of the Bolsa Família Program (PBF) on the insertion into the labor market and social mobility of beneficiaries, considering the perspective of neuroscience and social and economic policies. The objective is to understand how prolonged exposure to the program can influence the motivation, neuroplasticity, and capacity for economic autonomy of participants, providing subsidies for the improvement of more effective and sustainable public policies. The research was based on the search, selection, and synthesis of articles and works that interconnect the Social Sciences and Neuroscience, using contributions from authors such as Amartya Sen, Martha Nussbaum, Pierre Bourdieu, Anthony Downs, Pitirim Sorokin, and António Damásio, with the aim of synthesizing existing gaps. The results indicate that, although the PBF is fundamental for the immediate mitigation of poverty, its effectiveness in promoting social mobility and productive inclusion is limited, especially when considered from the neuroscientific perspective of motivation and brain plasticity. It is concluded that improving the program requires the integration of income transfer policies with strategies for lasting human and cognitive development.

KEYWORDS: Bolsa Família Program. Neuroscience. Brain plasticity.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) na inserção no mercado de trabalho e na mobilidade social dos beneficiários, articulando os campos da neurociência, da economia comportamental e das políticas sociais. Busca-se compreender de que maneira a exposição prolongada ao programa pode influenciar a motivação, a neuroplasticidade e a autonomia econômica dos indivíduos.

A análise parte do pressuposto de que o comportamento humano e as decisões econômicas são produtos de interações complexas entre contextos sociais e mecanismos cerebrais ligados à motivação, à recompensa e à tomada de decisão. O objeto deste estudo é, portanto, a relação entre os efeitos neuropsicológicos e socioeconômicos gerados pela participação contínua no PBF e suas implicações sobre a capacidade dos beneficiários de romper o ciclo da pobreza.

A literatura neurocientífica demonstra que o estresse crônico, característico da pobreza persistente, afeta o funcionamento do sistema dopaminérgico de recompensa e compromete o desempenho do córtex pré-frontal, estrutura responsável pelo planejamento e controle executi-





vo das ações. Sob condições de privação econômica, o cérebro tende a priorizar recompensas imediatas, comportamento conhecido como *short-termism* (Lavery, 2011). Esse viés cognitivo, associado ao desconto temporal hiperbólico, leva os indivíduos a supervalorizar ganhos de curto prazo em detrimento de benefícios futuros, o que limita a capacidade de investimento em educação e qualificação profissional.

Tanto o estresse crônico da pobreza quanto a estabilidade da renda impactam diretamente os sistemas neurais de recompensa (dopamina) e de tomada de decisão (córtex pré-frontal), os quais sustentam a motivação para o trabalho. A estabilidade financeira proporcionada pelo PBF pode reduzir a ativação crônica do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal e, assim, permitir o reequilíbrio dos circuitos cerebrais associados à motivação e ao planejamento de ações. Nesse contexto, o programa se configura como um fator mitigador do estresse socioeconômico, oferecendo uma previsibilidade mínima de renda capaz de favorecer comportamentos orientados ao planejamento futuro e à busca de autonomia produtiva.

Contudo, permanece controverso se tal estabilidade promove uma efetiva neuroplasticidade motivacional ou se, em contrapartida, pode induzir uma dependência extrínseca em relação ao benefício estatal. Essa ambiguidade demanda uma análise interdisciplinar que articule os processos neuropsicológicos individuais aos condicionantes estruturais do sistema social e econômico.

Para alcançar o objetivo proposto o presente trabalho adotará exclusivamente a metodologia de revisão bibliográfica. Esta abordagem baseia-se na busca sistemática, seleção criteriosa e análise crítica de artigos científicos, teses e obras de referência nas áreas de economia, sociologia e neurociência, como Amartya Sen, Martha Nussbaum, Pierre Bourdieu, Anthony Downs, Pitirim Sorokin e António Damásio. O objetivo é sintetizar o estado da arte e as lacunas do conhecimento sobre a intersecção entre o PBF e os mecanismos neurocomportamentais da motivação.

O trabalho será estruturado em três capítulos principais. O primeiro capítulo apresentará a introdução do estudo, contextualizando o tema e os objetivos da pesquisa. O segundo capítulo, intitulado “Desenvolvimento: Discussões e Resultados”, abordará as Bases Neurocom-





portamentais do Desenvolvimento Humano, o Programa Bolsa Família sob a Perspectiva das Capacidades e uma Discussão Crítica sobre Neuroplasticidade, Dependência e Autonomia. Por fim, o terceiro capítulo apresentará as Considerações Finais, sintetizando os principais achados e reflexões do trabalho.

Na conclusão, serão propostas diretrizes para políticas públicas que conciliem proteção social com estímulo à autonomia produtiva, incentivando a criação de empregos e o fortalecimento da propriedade privada como meio de emancipação econômica.

2. DESENVOLVIMENTO: DISCUSSÕES E RESULTADOS

A compreensão dos efeitos das políticas de transferência de renda sobre a mobilidade social requer uma análise que ultrapasse os indicadores econômicos tradicionais, incorporando dimensões cognitivas, emocionais e culturais do desenvolvimento humano. O enfrentamento das desigualdades depende não apenas da redistribuição de recursos, mas da ampliação das liberdades reais dos indivíduos para agir e decidir sobre suas próprias vidas (Sen, 1999).

Entretanto, a redução da pobreza não se resume à melhoria das condições materiais. A vulnerabilidade social prolongada afeta também os mecanismos psicológicos e neurológicos que sustentam a aprendizagem, a motivação e a autorregulação. Pesquisas em neurociência e economia comportamental demonstram que contextos de escassez constante tendem a restringir a capacidade de planejamento e tomada de decisão, perpetuando ciclos de dependência (Damásio, 2011; Mullainathan & Shafir, 2013).

Assim, a análise do Programa Bolsa Família, enquanto política pública voltada à redução da pobreza e promoção da inclusão, requer uma abordagem ampliada, capaz de integrar os fundamentos teóricos das capacidades humanas (Sen, 1999; Nussbaum, 2011), a crítica sociológica das desigualdades estruturais (Bourdieu, 1986) e as evidências neurocomportamentais sobre o impacto da pobreza no funcionamento cerebral (Heckman, 2006; Noble et al., 2015). Essa articulação interdisciplinar permite compreender de modo mais completo os fato-





res que influenciam a autonomia, a dependência e o potencial de emancipação dos beneficiários.

O presente capítulo, portanto, propõe-se a examinar o fenômeno da pobreza e das políticas de transferência de renda sob três eixos complementares. O primeiro (2.1) apresenta as bases neurocomportamentais do desenvolvimento humano e sua relação com a plasticidade cerebral e a formação de capacidades. O segundo (2.2) discute o Programa Bolsa Família à luz da teoria das capacidades, analisando seus potenciais e limitações no estímulo à autonomia e à inclusão produtiva. Por fim, o terceiro eixo (2.3) realiza uma discussão crítica que integra os achados teóricos e neurocientíficos, refletindo sobre os desafios para transformar políticas compensatórias em instrumentos de emancipação cognitiva e social.

2.1 Bases Neurocomportamentais do Desenvolvimento Humano

O desenvolvimento humano configura-se como um processo dinâmico, interdependente e cumulativo, no qual fatores biológicos, sociais e culturais interagem continuamente. A neurociência contemporânea evidencia que o cérebro humano é moldado não apenas pela herança genética, mas, sobretudo, pelas experiências, pelas interações afetivas e pelo ambiente sociocultural, que influenciam diretamente a neuroplasticidade, a capacidade do sistema nervoso de se reorganizar diante de estímulos internos e externos (Noble et al., 2015). Assim, compreender o desenvolvimento implica reconhecer que o contexto emocional e social em que o indivíduo está inserido determina, em grande medida, o alcance de seu potencial cognitivo, criativo e motivacional.

Em ambientes marcados pela vulnerabilidade, as privações materiais e afetivas limitam o acesso a experiências enriquecedoras necessárias ao amadurecimento das funções executivas, atenção, memória de trabalho, autorregulação e controle inibitório, fundamentais para o aprendizado e para a autonomia (Heckman, 2006). A pobreza, portanto, transcende a dimensão econômica: ela representa uma restrição cognitiva e afetiva que limita a expansão das capacidades humanas. Damásio (2011) demonstra que emoção e razão constituem dimensões in-





dissociáveis da mente humana e que segurança emocional e pertencimento social são indispensáveis à construção de uma vida mental equilibrada. O estresse crônico, resultante da insegurança e da instabilidade socioeconômica, altera os mecanismos de resposta cerebral, gerando padrões de comportamento imediatista e reduzindo a capacidade de planejamento de longo prazo (Mullainathan & Shafir, 2013).

Essas evidências apontam que políticas públicas voltadas à redução da pobreza precisam atuar sobre as dimensões cognitivas, emocionais e sociais do desenvolvimento humano. Investimentos em educação de qualidade, alimentação adequada, saúde mental e estabilidade familiar atuam de modo sinérgico sobre a plasticidade cerebral, ampliando a capacidade de aprendizagem e de adaptação. Sob a ótica neurocomportamental, a motivação humana resulta da interação entre sistemas cerebrais como o dopaminérgico, o córtex pré-frontal e o sistema límbico, responsáveis pela regulação da recompensa, da tomada de decisão e da aprendizagem (Damásio, 2012). Esses circuitos compõem o núcleo biológico da ação intencional, a habilidade de agir com propósito e autonomia.

Quando as recompensas tornam-se previsíveis e desvinculadas do esforço pessoal, observa-se a redução da atividade dopaminérgica e do comportamento exploratório, fenômeno descrito por Doidge (2015) como “síndrome da recompensa passiva”. Nesse estado, o cérebro deixa de associar satisfação à conquista, vinculando-a à previsibilidade, o que enfraquece a criatividade e a adaptação. Em escala coletiva, esse fenômeno manifesta-se como uma forma de neuroplasticidade social inibida, ou seja, a perda da capacidade de uma comunidade desenvolver-se cognitivamente em contextos de segurança artificial.

A previsibilidade de recompensas e a ausência de desafios reforçam o que Bourdieu (1986) denomina *habitus* de dependência, um conjunto de disposições internalizadas que orientam comportamentos e expectativas para a acomodação. A assistência contínua, sem contrapartidas que estimulem autonomia, tende a consolidar uma identidade social centrada na passividade, em que o trabalho perde o valor simbólico de conquista e dignidade. Do ponto de vista neurocientífico, esse processo equivale a uma atrofia funcional dos circuitos neurais ligados à iniciativa, à criatividade e à autorregulação.





A ausência de desafios reduz a manutenção da plasticidade sináptica e a capacidade do cérebro de se reorganizar diante de novas experiências. Kahneman (2011) observa que a mente humana é moldada para responder ao esforço e à incerteza; quando privada desses estímulos, passa a operar em regime de baixa ativação cognitiva, tornando-se suscetível à inércia e ao conformismo. Assim, quanto maior a previsibilidade das recompensas, menor a ativação das redes dopaminérgicas responsáveis pela motivação intrínseca, instaurando um ciclo de passividade e desengajamento.

Do ponto de vista político e econômico, Buchanan e Tullock (1962) argumentam que as políticas sociais frequentemente se estruturam segundo incentivos de curto prazo, condicionados à lógica eleitoral. Programas de transferência de renda, embora relevantes sob o prisma da justiça distributiva, podem, quando desprovidos de metas emancipadoras, reforçar a dependência e retardar a mobilização produtiva. Essa dinâmica compromete a neuroplasticidade social e a geração autônoma de riqueza, perpetuando uma cultura de previsibilidade e imobilismo.

Sob uma lente praxeológica, Mises (1949) explica que os indivíduos agem racionalmente dentro do sistema de incentivos em que estão inseridos. Se o esforço produtivo é penalizado pela perda de benefícios e a inatividade é recompensada pela segurança imediata, a escolha pela passividade torna-se compreensível, ainda que destrutiva do ponto de vista motivacional. Nessa situação, a associação entre segurança e imobilismo substitui o vínculo entre esforço e conquista, desorganizando o equilíbrio motivacional e reduzindo o impulso criativo.

Esse processo pode ser metaforicamente compreendido como o “efeito do sapo fervido”: quanto mais o indivíduo se adapta à previsibilidade e à proteção excessiva, menor se torna sua capacidade de reagir e buscar autonomia. A ausência de estímulos desafiadores gera um entorpecimento cognitivo coletivo, no qual a mente, privada de incertezas, perde sua disposição natural para aprender e criar. Doidge (2015) sustenta que a plasticidade cerebral depende de desafios e recompensas contingentes ao desempenho, elementos escassos em contextos de dependência prolongada.





Desse modo, forma-se o que se pode denominar pobreza neurocognitiva: uma condição em que as limitações materiais se somam à diminuição da capacidade de aprendizado adaptativo e da iniciativa criativa. Inserido em um ambiente de previsibilidade, o indivíduo internaliza o papel de receptor passivo, abdicando do protagonismo social. A longo prazo, tal dinâmica compromete a formação de capital humano, fragiliza as bases produtivas locais e amplia a centralização estatal, tornando o poder público o principal mediador da sobrevivência e do status social.

Sob o ponto de vista ético e sociológico, esse processo expressa o que Bourdieu (1998) denomina “violência simbólica benevolente”: um poder exercido sob o disfarce da proteção, mas que perpetua a subordinação. O assistencialismo prolongado cria um habitus de dependência, em que a passividade é socialmente legitimada e o Estado assume o papel paternalista de provedor. Nesse contexto, a carência torna-se também neurocognitiva: o indivíduo perde a confiança em sua capacidade de criar valor e de competir, reproduzindo um ciclo de dependência transgeracional.

Assim, a crítica neuroeconômica às políticas assistenciais não nega sua relevância na mitigação da miséria imediata, mas ressalta suas limitações como instrumentos de emancipação cognitiva e motivacional. Para que a assistência se converta em vetor de desenvolvimento humano, é preciso incorporar condicionalidades produtivas, capacitação técnica e educação empreendedora que restabeleçam o vínculo entre esforço, aprendizado e recompensa. O desafio contemporâneo das políticas públicas brasileiras vai além da redistribuição de renda: trata-se de reativar a plasticidade cerebral e a motivação social, despertando o potencial humano de criar, trabalhar e prosperar, fundamentos neurobiológicos e econômicos da liberdade e do pleno desenvolvimento.

2.2 O Programa Bolsa Família na Perspectiva das Capacidades

O Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído em 2003, por meio da Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 9 de ja-





neiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro do mesmo ano, e recriado pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, é a principal política de transferência de renda do Brasil, sucedendo o Auxílio Brasil (Lei nº 14.284/2021) e integrando benefícios como o Benefício de Renda de Cidadania (BRC); Benefício Complementar (BCO); Benefício Primeira Infância (BPI); Benefício Variável Familiar (BVF); e Benefício Extraordinário de Transição (BET). Sua criação teve como propósito unificar programas de transferência de renda anteriormente existentes - Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás - com o intuito de racionalizar a gestão dos benefícios sociais, aumentar a eficiência administrativa e estabelecer uma política nacional de combate à pobreza e à fome (Brasil, 2003).

No plano teórico, a análise do PBF à luz da neurociência e da teoria das capacidades permite uma compreensão mais profunda sobre os limites e as potencialidades da política pública na promoção da autonomia. A neurociência, como campo interdisciplinar das ciências biológicas e comportamentais, investiga os mecanismos neurais que sustentam o pensamento, a emoção e o comportamento humano. Autores como Eric Kandel (2000) e António Damásio (1994; 2010) demonstram que a base da aprendizagem, da motivação e da autodeterminação está na neuroplasticidade - a capacidade do cérebro de reorganizar suas conexões sinápticas em resposta à experiência e ao esforço. Essa plasticidade constitui o alicerce biológico do desenvolvimento humano e, por analogia, do progresso social, já que cada experiência cognitiva ou emocional promove uma reconfiguração neural que amplia a capacidade de adaptação e superação.

A neuroplasticidade, portanto, é o motor da autonomia. Quando o indivíduo é estimulado por meio do trabalho, da educação e da resolução de problemas complexos, seu cérebro fortalece regiões associadas à motivação (sistema dopaminérgico), à tomada de decisão (córtex pré-frontal) e ao autocontrole (sistema límbico). Por outro lado, contextos sociais de estabilidade excessiva e previsibilidade sem estímulo cognitivo induzem o fenômeno da acomodação neural, caracterizado pela redução da atividade dopaminérgica e da plasticidade funcio-





nal. Damásio (2010) descreve esse processo como um “entorpecimento motivacional”, em que a ausência de desafios reduz a aprendizagem adaptativa e o ímpeto de autotransformação.

Sob essa perspectiva neurocientífica, o Bolsa Família representa um instrumento relevante, mas limitado, de inclusão social. Inspirado em experiências internacionais de conditional cash transfers, o PBF foi concebido para romper o ciclo intergeracional da pobreza mediante a transferência direta de renda condicionada à educação e à saúde. Sua estrutura baseia-se em três eixos fundamentais: (1) transferência de renda, para o alívio imediato da pobreza; (2) condicionalidades, que exigem frequência escolar e acompanhamento de saúde; e (3) ações complementares, voltadas à qualificação profissional e à inclusão produtiva.

Entretanto, ao longo dos anos, a ênfase administrativa concentrou-se quase exclusivamente no primeiro eixo, reduzindo o investimento nas ações cognitivamente estimulantes, justamente aquelas que poderiam fortalecer a autonomia e a plasticidade social dos beneficiários. Embora o alívio imediato da pobreza seja uma condição indispensável, quando a renda se torna permanente e previsível sem estímulos educacionais e produtivos, ocorre uma inibição dos mecanismos cerebrais de motivação e recompensa. Kandel (2000) explica que a dopamina é o principal mediador das respostas de prazer e esforço. Assim, quando o indivíduo recebe benefícios garantidos, sem a necessidade de enfrentamento ou mérito, há uma diminuição progressiva da liberação dopaminérgica, o que enfraquece a motivação intrínseca e reduz o impulso de superação.

Esse cenário gera um fenômeno que pode ser denominado pobreza neurocognitiva: uma condição em que o indivíduo não é privado apenas de recursos materiais, mas também de estímulos neurais essenciais à criatividade, à curiosidade e à autoconfiança. Damásio (1994) destaca que razão e emoção são indissociáveis no processo decisório; portanto, a ausência de oportunidades de escolha e de exercício da vontade reduz a ativação dos circuitos cerebrais responsáveis pela aprendizagem e pela resiliência.

A teoria das capacidades, formulada por Amartya Sen (1999) e expandida por Martha Nussbaum (2011), oferece uma estrutura conceitual que complementa essa leitura neurocientífica. Para Sen, o bem-estar humano não depende apenas da posse de bens, mas da liberdade





real de transformar recursos em funcionamentos valiosos, ou seja, em modos de ser e agir que as pessoas têm razão para valorizar. Nussbaum (2011), por sua vez, argumenta que políticas de renda devem garantir o desenvolvimento das “capacidades centrais”, como educação, saúde, integridade corporal, autonomia e participação política.

Sob a ótica das capacidades, o Bolsa Família pode ser considerado um avanço na ampliação de liberdades básicas, mas sua efetividade emancipatória ainda é limitada. Embora o programa alivie a privação imediata, ele pouco contribui para fortalecer as capacidades cognitivas e produtivas que sustentam a autonomia. Nesse sentido, Bourdieu (1986) adverte que a desigualdade se perpetua por meio dos capitais simbólicos e culturais, que condicionam o reconhecimento e a valorização social. Assim, a mera transferência monetária, sem acúmulo de capital cultural e cognitivo, tende a reproduzir o mesmo ciclo de exclusão que busca combater.

Em termos práticos, a integração entre renda e desenvolvimento humano requer o fortalecimento das conexões entre educação, saúde, trabalho e inovação, a fim de transformar o benefício em um catalisador de aprendizagem e não em um fator de acomodação. Heckman (2006) reforça que o investimento em capital humano é mais eficaz quando ocorre na primeira infância, fase em que a plasticidade cerebral é máxima. Portanto, políticas intersetoriais que associem o Bolsa Família a programas de estimulação cognitiva e formação profissional podem ampliar os resultados de longo prazo.

O desafio contemporâneo das políticas sociais brasileiras consiste, assim, em migrar de um modelo assistencialista para um modelo neuroprodutivo, em que o benefício financeiro sirva como meio de transição para a autonomia. O verdadeiro progresso nacional não se realiza apenas pela redistribuição de renda, mas pela reativação dos circuitos neurais da motivação, da curiosidade e da criatividade, sem os quais não há inovação, nem emancipação social duradoura.

Em síntese, o Programa Bolsa Família cumpre um papel central na mitigação da miséria e na promoção da equidade inicial, mas precisa evoluir para se tornar um instrumento de emancipação neuroeconômica e de expansão das capacidades humanas. Integrar transferência





de renda com estímulo cognitivo, formação produtiva e valorização do mérito é a condição necessária para que o Estado deixe de apenas compensar a pobreza e passe a construir autonomia neural, social e cidadã.

2.3 Discussão Crítica: Neuroplasticidade, Dependência e Autonomia

A integração entre a neurociência, a teoria das capacidades e a sociologia crítica permite compreender que a pobreza constitui simultaneamente uma condição material e uma construção psicossocial. Quando o Estado atua apenas de forma compensatória, sem promover transformações estruturais que ampliem as oportunidades e a autonomia, corre o risco de perpetuar um ciclo de dependência assistencial que enfraquece a capacidade de ação individual e coletiva.

A neurociência, enquanto campo interdisciplinar, investiga a estrutura, o funcionamento e os processos do sistema nervoso, especialmente do cérebro, buscando compreender como os mecanismos neurais influenciam o comportamento humano, a cognição, as emoções e as decisões sociais e econômicas. Kandel (2000) destaca que a mente deve ser entendida como “um conjunto de funções que emergem das atividades do cérebro” (p. 7), superando o reducionismo psicológico e propondo uma integração entre os níveis biológico, psicológico e social da experiência humana. Essa perspectiva abriu caminho para um paradigma que une emoção, razão e contexto social na explicação do comportamento.

Autores como Eric Kandel, António Damásio, Joseph LeDoux e Michael Gazzaniga consolidaram a neurociência contemporânea ao demonstrar que os processos neurais estão intimamente ligados à memória, à emoção, à tomada de decisão e à consciência. Kandel, laureado com o Prêmio Nobel de Medicina em 2000, demonstrou que a neuroplasticidade, a capacidade do cérebro de modificar-se estrutural e funcionalmente em resposta à experiência, depende da estimulação cognitiva e emocional constante. Tal característica revela que o desenvolvimento humano é um processo dinâmico, sustentado por desafios ambientais que exigem adaptação e ressignificação contínua das conexões neurais (Kandel, 2000).





Sob essa ótica, Damásio (1994, 2003, 2010) amplia a compreensão da neuroplasticidade ao demonstrar que a motivação e a autonomia decisional resultam da integração entre emoção e razão. Em *O Erro de Descartes* (1994), o autor rompe com o dualismo cartesiano e introduz o conceito de “marcadores somáticos”, segundo o qual as experiências emocionais deixam traços corporais e cerebrais que orientam decisões futuras. Nos livros *Em Busca de Espinosa* (2003) e *O Mistério da Consciência* (2010), Damásio reforça que a consciência emerge da interação entre os estados corporais e os circuitos neurais, especialmente nas regiões do sistema límbico e do córtex pré-frontal, áreas responsáveis pela motivação, pela recompensa e pela tomada de decisão.

Contudo, em condições de pobreza crônica, observa-se uma redução da neuroplasticidade funcional. O estresse contínuo decorrente da insegurança alimentar, da instabilidade financeira e da ausência de perspectivas de ascensão social compromete o sistema dopaminérgico de recompensa, limitando a capacidade de o indivíduo planejar e investir no longo prazo. Essa situação favorece um estado de acomodação cognitiva, em que o cérebro passa a priorizar a sobrevivência imediata em detrimento da projeção de metas futuras, fenômeno conhecido como short-termism ou desconto temporal hiperbólico (Lavery, 2011).

Nesse contexto, o Programa Bolsa Família (PBF) atua como um mecanismo compensatório que reduz a ativação crônica do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal, aliviando o impacto do estresse socioeconômico. Essa estabilidade financeira, entretanto, embora reduza o sofrimento imediato, não necessariamente promove a reorganização cognitiva ou o fortalecimento dos circuitos cerebrais ligados à autoconfiança, ao esforço produtivo e à iniciativa individual. O benefício, portanto, mitiga os sintomas da pobreza sem, contudo, assegurar a formação das condições neuropsicológicas necessárias à autonomia.

A dependência prolongada do benefício pode gerar efeitos adversos sobre a dinâmica cerebral e comportamental, criando um estado de acomodação neural e reduzida responsividade aos estímulos de mudança. Sob o ponto de vista neurobiológico, a previsibilidade excessiva da renda, quando desvinculada de exigências cognitivas, educacionais ou produtivas, tende





a diminuir a ativação dopaminérgica, reduzindo o engajamento e a motivação intrínseca (Bandura, 1986).

Essa condição, interpretada à luz de Bourdieu (1986), reflete a reprodução de um habitus de dependência, no qual a segurança do benefício substitui gradualmente a busca ativa por novos capitais - econômicos, sociais e simbólicos.

Dessa forma, políticas públicas centradas exclusivamente na transferência de renda, sem estratégias de estímulo cognitivo e produtivo, podem limitar o potencial de reestruturação neural e, conseqüentemente, o desenvolvimento das capacidades humanas (Sen, 1999; Nussbaum, 2011). A neurociência aplicada à economia social reforça que o combate à pobreza deve articular apoio financeiro temporário com intervenções que promovam aprendizado, autoestima e motivação, restaurando o protagonismo do indivíduo no processo de geração de renda e bem-estar.

Portanto, o Bolsa Família deve ser compreendido como um instrumento transitório dentro de uma política mais ampla de desenvolvimento humano. A emancipação dos beneficiários possibilita que os recursos públicos sejam realocados para áreas que ampliem o capital humano coletivo como ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, gerando empregos, inovação e aumento da arrecadação socialmente redistributiva. Além disso, o estímulo à autonomia reduz os efeitos psicológicos negativos associados à dependência prolongada, como a perda de senso de agência e a diminuição da motivação intrínseca (Bandura, 1986).

Assim, um programa social verdadeiramente emancipador deveria integrar a transferência de renda condicionada à estimulação cognitiva, à aprendizagem produtiva e à valorização da autonomia individual. Essa combinação favorece a reconstrução neuropsicológica do sujeito enquanto agente autônomo de desenvolvimento. Somente dessa forma as políticas públicas podem deixar de ser meramente compensatórias e se converter em instrumentos de transformação estrutural, promovendo o pleno emprego produtivo e uma mobilidade social sustentada e duradoura.

O quadro a seguir apresenta uma síntese das principais referências teóricas utilizadas neste trabalho, destacando o foco de cada autor, os achados centrais e sua articulação com o





Programa Bolsa Família (PBF). A organização proposta visa evidenciar como diferentes abordagens - neurocomportamental, sociológica e ética - contribuem para compreender os impactos das condições socioeconômicas sobre o desenvolvimento humano, a formação de capacidades e os desafios da autonomia e da emancipação social no contexto das políticas de transferência de renda.

Quadro 1 - Síntese das referências, focos teóricos, achados centrais e articulação com o Programa Bolsa Família (PBF)

Seção	Referências	Foco principal	Achado central	Articulação com o PBF
2.1 – Bases Neurocomportamentais do Desenvolvimento Humano	Damásio (2011, 2012); Noble et al. (2015); Heckman (2006); Doidge (2015); Kahneman (2011); Bourdieu (1986, 1998); Mullainathan & Shafir (2013)	Neuroplasticidade, motivação e influência do ambiente socioeconômico sobre o desenvolvimento cognitivo e emocional.	A pobreza não é apenas material, mas também neurocognitiva: contextos previsíveis e dependentes reduzem a plasticidade cerebral e a motivação intrínseca.	A previsibilidade das transferências contínuas, sem estímulos de autonomia, enfraquece o vínculo entre esforço e recompensa, gerando inércia comportamental e limitação da aprendizagem adaptativa.
2.2 – O Programa Bolsa Família na Perspectiva das Capacidades	Sen (1999); Nussbaum (2011); Bourdieu (1986); Giddens (1984)	Abordagem das capacidades como eixo do desenvolvimento humano e análise do PBF sob a ótica da liberdade substantiva e da mobilidade social.	O PBF amplia capacidades básicas (saúde, educação, nutrição), mas não garante a expansão das capacidades funcionais ligadas à autonomia produtiva e à inserção laboral.	O programa atua sobre a privação imediata, mas ainda carece de integração interseccional e estímulo à autossuficiência, permanecendo mais compensatório que emancipador.
2.3 – Discussão Crítica: Neuroplasticidade, Dependência e Autonomia	Gazzaniga (2011); Sen (1999); Nussbaum (2011); Doidge (2015); Bandura (1986); Buchanan & Tullock (1962); Mises (1949)	Relação entre dependência assistencial, plasticidade cerebral e comportamento motivacional; ética da autonomia e responsabilidade social.	A dependência prolongada induz atrofia motivacional e social, reduzindo a capacidade de iniciativa e perpetuando o <i>habitus</i> de subordinação.	Propõe-se a reformulação do PBF para um modelo que estimule o aprendizado contínuo, a corresponsabilidade e o trabalho digno, fortalecendo a neuroplasticidade social e a emancipação cognitiva.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).





3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Programa Bolsa Família (PBF) revela que sua dependência prolongada acarreta efeitos adversos em múltiplos níveis, que vão além da simples esfera econômica. Observa-se impacto significativo nos domínios cognitivo e comportamental dos beneficiários, afetando especialmente motivação, neuroplasticidade e capacidade de autonomia. Quando o auxílio financeiro é concedido de forma contínua e desvinculado de políticas complementares de capacitação, educação formal e inserção produtiva, instaura-se um processo de acomodação comportamental. Esse padrão reduz o ímpeto pelo trabalho e desestimula o interesse pelo aprendizado, comprometendo os mecanismos cerebrais responsáveis pela recompensa e adaptação (DOIDGE, 2015).

Sob o prisma da neurociência, a previsibilidade do benefício ativa circuitos neurais relacionados à recompensa passiva, enquanto enfraquece regiões associadas à iniciativa, criatividade e resiliência. A ausência de desafios cognitivos e recompensas contingentes ao esforço cria um estado de estagnação, tanto emocional quanto cognitiva. Essa condição, frequentemente negligenciada nas avaliações puramente econômicas do programa, implica uma redução da plasticidade neural, com consequências diretas sobre a capacidade de adaptação e inovação da população beneficiária.

Apesar de o PBF ser eficaz na mitigação imediata da pobreza extrema, sua estrutura atual carece de mecanismos que promovam a transição para a independência financeira e o fortalecimento da cidadania ativa. A praxeologia de Mises (1949) e a teoria da escolha pública de Buchanan e Tullock (1962) permitem compreender que a permanência prolongada em programas assistenciais reflete um comportamento racional diante de incentivos distorcidos: o custo de ingresso no mercado formal frequentemente supera os benefícios percebidos. Esse desequilíbrio estimula a informalidade, diminui a base contributiva e amplia a sobrecarga fiscal sobre os trabalhadores formais, fenômeno que Buchanan (1975) qualificou como “tragédia fiscal da maioria”.

Do ponto de vista político e ético, a conjuntura contemporânea assemelha-se à parábola do “rabo do cão de Alcebiades”, relatada por Plutarco em *Vidas Paralelas*, na qual o





político ateniense, conhecido por sua astúcia e comportamento provocador, corta deliberadamente o rabo de seu cão apenas para gerar escândalo e, assim, distrair o povo ateniense de suas verdadeiras ações e ambições (Plutarco, 2014). A anedota, símbolo clássico da manipulação da atenção pública, representa uma estratégia de distração política em que o acessório substitui o essencial. De forma análoga, o destaque midiático e institucional conferido à manutenção dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, constitui um “rabo do cão” moderno, funcionando como instrumento de contenção simbólica que desloca o debate social das reformas estruturais necessárias à emancipação cidadã - como a reforma tributária, a modernização produtiva e o incentivo ao empreendedorismo.

Dessa forma, políticas concebidas originalmente para promover a autonomia terminam por reforçar dinâmicas de dependência e controle social, perpetuando o status quo e retardando o avanço de transformações profundas no campo da justiça distributiva e da equidade social (Bourdieu, 1998; Sen, 2000).

A metáfora do “sapo fervido” ilustra de forma elucidativa os efeitos neurocomportamentais dessa dependência: a exposição prolongada à previsibilidade e à ausência de desafios progressivos provoca estagnação cognitiva e emocional, reduzindo a capacidade de adaptação e inovação, gerando apatia social e desmotivação coletiva. Nesse sentido, a dependência deixa de ser apenas econômica e passa a constituir um problema de saúde pública de natureza neurocomportamental, com impactos diretos sobre a produtividade e a vitalidade criativa da sociedade.

Para superar esses desafios, torna-se necessário reconfigurar paradigmaticamente as políticas públicas de transferência de renda. O Estado deve substituir a lógica compensatória pela lógica emancipatória, vinculando os benefícios a metas de desenvolvimento humano, formação técnica e participação produtiva. Políticas alternativas poderiam incluir:

1. Programas graduais de transição para a autonomia financeira: em que o benefício é progressivamente reduzido à medida que o beneficiário adquire renda própria ou qualificação profissional;
2. Centros interdisciplinares de desenvolvimento cognitivo e emocional: integrando





ações de saúde mental, educação e capacitação profissional, estimulando a plasticidade neural e a motivação intrínseca.

3. Incentivos à criação de empregos formais e empreendimentos locais: oferecendo microcrédito, treinamento em gestão e empreendedorismo, criando oportunidades concretas de geração de renda e reduzindo a dependência assistencial; e

4. Programas de estímulo à aprendizagem contínua e desafios cognitivos: baseados em neurociência aplicada, para prevenir apatia, ansiedade e depressão social decorrentes da falta de propósito.

Além disso, políticas públicas inovadoras podem incorporar indicadores de desempenho cognitivo e motivacional, permitindo avaliar não apenas o impacto econômico, mas também a evolução da autonomia, da criatividade e da resiliência dos beneficiários. Pesquisas em neurociência aplicada, por exemplo, poderiam subsidiar o desenho de benefícios contingentes ao esforço, preservando a neuroplasticidade social e promovendo um modelo sustentável de emancipação.

Caso tais medidas não sejam implementadas, o Brasil corre o risco de consolidar uma dependência emocional e cognitiva institucionalizada, com impactos negativos sobre economia, autonomia individual e vitalidade democrática. Em contraste, a integração entre neurociência, ética pública e economia política permite conceber um modelo de políticas sociais que transcenda a mera transferência de renda, priorizando a transferência de capacidades, autonomia e corresponsabilidade cidadã.

Em síntese, o êxito das políticas sociais exige a superação do modelo assistencialista e a promoção da emancipação sustentável, baseada na integração entre educação, estímulo cognitivo e inserção produtiva. A ausência de políticas complementares converte o Bolsa Família em instrumento de reprodução da dependência, limitando a autonomia e a mobilidade social. Para que cumpra seu papel transformador, é necessário substituir a mera transferência de renda por estratégias que ampliem capacidades, fortaleçam a motivação intrínseca e desenvolvam a neuroplasticidade e a produtividade dos beneficiários (Sen, 2000; Bourdieu, 1998).





4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDURA, Albert. *Social foundations of thought and action: a social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (ed.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241–258.

BRASIL. Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 set. 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/decreto/decreto_no_5209_de_17.09.2004-1.pdf. Acesso em: 7 nov. 2025.

BRASIL. Lei n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei n.º 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 jan. 2004. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 7 nov. 2025.

BRASIL. Lei n.º 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 dez. 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14284-29-dezembro-2021-792178-publicacaooriginal-164249-pl.html>. Acesso em: 7 nov. 2025.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



BRASIL. Lei n.º 14.601, de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social); e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/leis/lei-no-14-601-de-19-de-junho-de-2023>. Acesso em: 7 nov. 2025.

BRASIL. Medida Provisória n.º 132, de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/132.htm. Acesso em: 7 nov. 2025.

BRONFENBRENNER, Urie. *Ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.

BUCHANAN, James M. *The limits of liberty: between anarchy and Leviathan*. Chicago: University of Chicago Press, 1975.

BUCHANAN, James M.; TULLOCK, Gordon. *The calculus of consent: logical foundations of constitutional democracy*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1962.

DAMÁSIO, António R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DAMÁSIO, António R. *A estranha ordem das coisas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DOIDGE, Norman. *The brain's way of healing: remarkable discoveries and recoveries from the frontiers of neuroplasticity*. New York: Viking, 2015.

DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row, 1957.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.3.n.5. out/nov/dez. 2025 - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



GAZZANIGA, Michael S. *Quem manda em você? O livre-arbítrio e a ciência do cérebro*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2011.

HECKMAN, James J. Skill formation and the economics of investing in disadvantaged children. *Science*, v. 312, n. 5782, p. 1900–1902, 2006. DOI: 10.1126/science.1128898.

KAHNEMAN, Daniel. *Thinking, fast and slow*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

KANDEL, Eric R. *Principles of neural science*. 4. ed. New York: McGraw-Hill, 2000.

LAVERTY, S. Short-termism. *Journal of Management & Organization*, v. 17, n. 2, p. 168–182, 2011.

MISES, Ludwig von. *Ação humana: um tratado de economia*. 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Trabalho original publicado em 1949.

MULLAINATHAN, Sendhil; SHAFIR, Eldar. *Scarcity: why having too little means so much*. New York: Times Books, 2013.

NOBLE, Kimberly G. et al. Neural correlates of socioeconomic status in the developing human brain. *Developmental Science*, v. 18, n. 5, p. 799–811, 2015. DOI: 10.1111/desc.12246.

NORBERG, Johan. *O progresso: dez razões para olhar o futuro com otimismo*. São Paulo: Record, 2023.

NUSSBAUM, Martha C. *Creating capabilities: the human development approach*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.3.n.5. out/nov/dez. 2025 - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



PLUTARCO. *Vidas paralelas: Péricles e Fábio Máximo; Alcibíades e Coriolano*. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Martin Claret, 2014.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOROKIN, Pitirim A. *Social and cultural mobility*. New York: Free Press, 1959.

THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. *Nudge: improving decisions about health, wealth, and happiness*. New Haven: Yale University Press, 2008.

Recebido em: 21/09/2025

Aprovado em: 20/10/2025

Publicado em: 26/11/2025

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.3.n.5. out/nov/dez. 2025 - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)



22/22